INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS 2018

A principal conquista do IPT em 2017 foi o crescimento da fração de receita com inovação, superando a meta anual e atingindo 39,4%, composta por 36,4% das receitas com projetos de P&D e 3% com receitas de análises e ensaios inovadores. Esse resultado indica que a instituição está assimilando o desafio de aumentar o esforço pela inovação. Exemplificando, foi transferido a um parceiro industrial, a empresa União Química, a tecnologia de produção de biofármaco para tratamento de câncer, fruto de projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Butantã e apoio do BNDES. Foi concluído, com sucesso, o projeto de produção eletroquímica em escala laboratorial da liga de elementos de terras raras, a partir de seus óxidos, graças ao apoio da Embrapii ao investimento da empresa CBMM.

Dentro do esforço de venda, um grande marco de 2017 foi a rearticulação das negociações com o Centro de Pesquisa da Petrobras (CENPES), que tem potencial de comprar mais de 30 milhões de reais em projetos.

Um sucesso com carga simbólica foi a obtenção da autorização do Governo Estadual para a Isenção de ICMS na venda dos produtos do IPT. Essa isenção é um passo importante para a futura redução da carga tributária do Instituto, que passa pelo convencimento da Prefeitura em relação à isenção de IPTU e ISS.

Um Importante projeto foi concebido em 2017 para ser conduzido em 2018. No âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional de Pesquisa dos Institutos Estaduais, a ser apoiado pela Fapesp, instada pela Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo, foi aprovado um projeto de mais de 11 milhões de reais, focado nas demandas da Transformação Digital: Manufatura Avançada, Cidades Inteligentes e Sustentáveis, e Capacitação Digital.

Outro projeto concebido e estruturado em 2017 foi a Plataforma IPT Pró Municípios, um novo modelo de negócios que facilita o acesso dos municípios do estado de São Paulo aos conhecimentos técnicos do IPT, por meio de consultas rápidas e cursos de capacitação para as equipes das prefeituras, melhorando a qualidade das decisões dos gestores públicos.

O prolongamento da crise econômica nacional em 2017 afetou negativamente os negócios do instituto. A receita própria anual do IPT caiu 16%, mas o aumento da dotação, concedido pelo Governo do Estado de S. Paulo, permitiu que o prejuízo fosse contido em R$ 8 milhões. Melhor ainda, como a depreciação total (aquela implícita no custo mais a explícita nas despesas) foi de R$19 milhões, o Instituto teve uma geração de caixa de R$ 11 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E.	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.732	8.798
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	21.102	25.332
Contas a receber	5	8.395	8.724
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		841	2.662
Impostos antecipados e a recuperar	6	9.645	10.180
Estoques		246	239
Despesas pagas antecipadamente		1.047	130
Depósitos compulsórios		482	349
Outros valores a receber		109	14
Total do Ativo Circulante		**51.599**	**56.428**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		422	386
Imobilizado	7	191.066	199.333
Intangível	8	788	1.009
Total do Ativo Não Circulante		**192.276**	**200.728**
TOTAL DO ATIVO		**243.875**	**257.156**

PASSIVO	N.E.	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.124	3.181
Salários a pagar e encargos a recolher		5.646	5.303
Impostos e contribuições a recolher	9	3.135	6.634
Adiantamento de clientes	11	2.156	1.780
Obrigações a pagar - férias e encargos		12.547	13.017
Parcelamentos fiscais	9	7.438	5.230
Subvenções governamentais - Agências de Fomento	12	17.049	20.893
Outras obrigações		137	223
Total do Passivo Circulante		**52.232**	**56.261**
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamentos fiscais	13	19.232	9.358
Outras exigibilidades - Receita de doação - Agências de fomento	14	43.409	39.889
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	8.335	10.692
Total do Passivo Não Circulante		**70.976**	**59.939**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		286.178	284.768
Reservas de capital		9.382	9.382
Reservas de lucros		264	264
Recurso para aumento de capital		51	1.409
Prejuízos acumulados		(175.208)	(154.867)
Total do Patrimônio Líquido		**120.667**	**140.956**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**243.875**	**257.156**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Recurso para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**280.163**	**9.382**	**–**	**264**	**4.605**	**(153.164)**	**141.251**
Aumento de capital	4.605	–	–	–	(4.605)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	–	1.409	–	1.409
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(1.704)	(1.704)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**284.768**	**9.382**	**–**	**264**	**1.409**	**(154.868)**	**140.956**
Aumento de capital	1.409	–	–	–	(1.409)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	–	51	–	51
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	(12.192)	(12.192)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(8.148)	(8.148)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**286.177**	**9.382**	**–**	**264**	**51**	**(175.208)**	**120.667**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
Em Milhares de Reais - R$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: **(a)** executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; **(b)** dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; **(c)** formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; **(d)** colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; **(e)** celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; **(f)** prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; **(g)** explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; **(h)** requerer o registro de patentes; **(i)** ceder o uso de patentes e de outros direitos; **(j)** editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e nos 118 anos de existência vem colaborando para o processo de inovação e desenvolvimento do País.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, apliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas, o que se traduz em três grandes desafios: + presença, + inovação e + impacto.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações financeiras - Créditos vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros (CPC 14)

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	N.E.	2017	2016
Receita de serviços e produtos		62.965	77.869
Subvenção econômica - GESP		87.317	74.955
Subvenção econômica - Fomento		16.557	18.740
Receita de doação de bens - Fomento	14	5.854	4.888
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**172.693**	**176.453**
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(8.528)	(10.606)
Devoluções e cancelamentos		(194)	(697)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**163.971**	**165.150**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(126.410)	(126.325)
LUCRO BRUTO		**37.561**	**38.825**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(34.718)	(29.747)
Honorários conselho de administração e fiscal		(1.104)	(1.120)
Serviços de terceiros		(7.155)	(7.482)
Depreciações e amortizações		(1.679)	(1.707)
Provisões diversas		(2.943)	(945)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		943	1.479
		(46.656)	**(39.523)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**(9.095)**	**(698)**
Receitas financeiras		2.632	2.394
Despesas financeiras		(1.685)	(3.401)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(8.148)**	**(1.704)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(8.148)**	**(1.704)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.148)	(1.704)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	19.442	18.920
Ajuste de exercícios anteriores	–	–
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	11	116
Valor residual do imobilizado baixado	23	11
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	(4.230)	4.209
Contas a receber	(329)	(574)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(1.821)	(2.330)
Impostos antecipados e a recuperar	(535)	228
Estoques	7	89
Despesas pagas antecipadamente	917	(102)
Depósitos compulsórios	133	2
Outros valores a receber	95	(9)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	943	(1.802)
Salários a pagar e encargos a recolher	343	(396)
Impostos e contribuições a recolher	(3.499)	3.635
Adiantamento de clientes	376	(1.795)
Obrigações a pagar - férias e encargos	(470)	1.437
Parcelamentos fiscais	2.208	155
Subvenções governamentais - agências de fomento	(3.844)	(9.217)
Outras obrigações	(86)	33
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	1.536	10.906
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	(37)	(38)
Aquisição de bens do imobilizado	(1.252)	(637)
Doações recebidas em bens - Agências de Fomento	(20.303)	(9.709)
(–) Depreciação de doações recebidas em bens - Agências de Fomento	10.008	–
Adição de intangível	(106)	(64)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.690)	(10.448)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	9.874	(3.251)
Outras exigibilidades	3.520	5.822
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.357)	45
Dotação para aumento de capital	51	1.409
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	11.088	4.025
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	934	4.483
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	8.798	4.315
No final do exercício	9.732	8.798
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	934	4.483

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em Milhares de Reais - R$

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda(IRPJ) e a contribuição social(CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	99	104
Bancos conta movimento	198	207
Aplicações financeiras	9.435	8.487
	9.732	**8.798**
Aplicações financeiras	**2017**	**2016**
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	4.993	1.138
Fundos de investimento em renda fixa	4.442	7.349
	9.435	**8.487**

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 8% ao ano.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são de: R$1.549 em 2017 (R$874 em 2016).

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2017	2016
Aplicações financeiras vinculadas	21.102	25.332
	21.102	**25.332**

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Contas a receber	9.265	9.635
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(870)	(911)
	8.395	**8.724**

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2017	2016
A vencer	7.528	6.668
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	751	1.340
De 31 a 60 dias	96	143
De 61 a 90 dias	25	157
De 91 a 180 dias	65	54
Há mais de 180 dias	800	1.273
	1.737	**2.967**
	9.265	**9.635**

Apesar do montante de vencidos há mais de 61 dias somarem R$ 890, as perdas estimadas provisionadas são de R$ 870 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2017	2016
COFINS a Compensar	401	406
PASEP a Compensar	124	130
Contribuição Social a Compensar	1.909	1.879
Imposto de Renda a Compensar	5.605	5.775
IRRF sobre Aplicações Financeiras	556	636
IRRF a Compensar	962	1.269
ISS a Recuperar	38	35
INSS a Compensar	50	50
	9.645	**10.180**

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Acréscimos/ Transferências	Compen-sações	Saldo em 31/12/2017
COFINS a Compensar	406	1.194	(1.199)	401
PASEP a Compensar	130	278	(284)	124
Contribuição Social a Compensar	1.879	464	(434)	1.909
Imposto de Renda a Compensar	5.775	2.606	(2.776)	5.605
IRRF sobre Aplicações Financeiras	636	(80)	–	556
IRRF a Compensar	1.269	(307)	–	962
ISS a Recuperar	35	3	–	38
INSS a Compensar	50	–	–	50
	10.180	**4.158**	**(4.693)**	**9.645**

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	2017 Líquido	2016 Líquido
Terrenos	–	37.283	–	37.283	37.283
Edifícios e Benfeitorias	4%	92.700	(38.278)	54.422	56.994
Máquinas e Equipamentos	10%	166.085	(101.604)	64.481	69.048
Instalações	10%	17.255	(10.892)	6.363	7.218
Equipamentos de T.I.	20%	11.514	(9.157)	2.357	1.804
Instrumentos Diversos	10%	375	(339)	36	43
Veículos	20%	3.480	(2.764)	716	1.028
Móveis e Utensílios	10%	7.931	(4.457)	3.474	4.174
Outras imobilizações		24.805	(3.980)	20.825	18.987
Imobilizado em Andamento		1.117	–	1.117	2.875
Total		**362.545**	**(171.471)**	**191.074**	**199.454**
Redução ao Valor Recuperável		(8)	–	(8)	(121)
Total do Imobilizado		b **362.537**	**(171.471)**	**191.066**	**199.333**

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2016	Adições	Doações - Fomento	Baixas	Transferências	31/12/2017
Terrenos	37.283	–	–	–	–	37.283
Edifícios	92.700	–	–	–	–	92.700
Máquinas equipamentos	151.510	38	14.879	(2.598)	2.256	166.085
Instalações	17.035	–	151	(60)	129	17.255
Equipamentos de T.I.	9.644	85	2.365	(636)	56	11.514
Instrumentos diversos	414	–	–	(39)	–	375
Veículos	3.448	–	57	(32)	7	3.480
Móveis e utensílios	7.893	3	84	(50)	1	7.931
Outras imobilizações	22.093	–	–	–	2.712	24.805
Imobilizações em andamento	2.875	1.126	2.217	(5.101)	–	1.117
Intangível	3.290	60	550	–	46	3.946
Impairment	(121)	(8)	–	121	–	(8)
Total	**348.064**	**1.304**	**20.303**	**(8.395)**	**5.207**	**366.483**

8. INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização	2017 Líquido	2016 Líquido
Marcas e Patentes	10%	587	(454)	133	164
Licença de uso de softwares	20%	3.359	(2.704)	655	845
Total do Intangível		**3.946**	**(3.158)**	**788**	**1.009**

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
ISS	355	518
PASEP e COFINS	613	603
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.020	1.780
COFINS - Retenção	72	78
PASEP - Retenção	16	17
IPTU	–	3.580
Outros	59	58
Total de Impostos e Contribuições à recolher	**3.135**	**6.634**
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	7.438	5.230
	10.573	**11.864**

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2017	2016
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(8.148)	(1.704)

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R$ 140.754 e base negativa de R$ 117.529, respectivamente R$ 117.697 e R$ 94.473 em 2016. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2017	2016
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	948	924
Fundação de Apoio ao IPT - FIPT	28	22
Agência Nacional de Petróleo	501	366
Outros	679	468
	2.156	**1.780**

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2017	2016
BNDES	925	2.870
FEHIDRO	429	1.317
FINEP	7.247	6.864
CNPQ	126	126
EMBRAPII	50	549
Outros	8.272	9.167
	17.049	**20.893**

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	8.093	1.265	**9.358**
Saldo em 31/12/2017	17.155	2.077	**19.232**

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de Parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de Parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AGÊNCIA DE FOMENTO

Estão sendo mencionadas nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Nesta linha do Balanço Patrimonial estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsicamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina a respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a Companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem, no afã de ingressarem como ativo imobilizado, referidos bens são doados ao IPT, seguindo-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras Exigibilidades - Valores a Apropriar - Agências de Fomento, em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma Receita de Doação, de acordo com a Lei Federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras Exigibilidades não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

continua

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em Milhares de Reais - R$

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2017	2016
Tributários	–	4.124
Trabalhistas (1)	5.904	5.661
Cíveis (1)	2.431	907
	8.335	**10.692**

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
Trabalhistas	1.523	1.510
	1.523	**1.510**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.617.752.068 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2018, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R$ 91.298 para Custeio, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 16.646 de 11 de Janeiro de 2018.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2018, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

19. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O IPT observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

• Testamos a recuperabilidade dos bens tangíveis do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01, procedendo com os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

CPC 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

• Desde a vigência da Lei 11.638/07 o IPT tem adotado essa demonstração.

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

• O prazo médio das rubricas contas à receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 - ESTOQUES

• Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

• As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa nº 15.

CPC 26 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

• O IPT optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC 10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (Impairment Test - CPC 01), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para o IPT, não sendo necessários quaisquer ajustes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Presidente do
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT.**

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT.** a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS - 005460/O-0 T SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS - 71.505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Maciel Auditores S/S de 16 de Fevereiro de 2018, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018

Hilton Facchini
Conselheiro

Marilda Anunciação Ferreira
Conselheira

Leonardo Maurício Colombini Lima
Conselheiro

Eduardo Henrique de Azevedo
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

JOSÉ ROBERTO DE SAMPAIO CAMPOS

RICARDO CONRADO MESQUITA

LUCIANA CASCINY PACÍFICO

WALTER TORRE JUNIOR

DIRETORIA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo
Diretor Interino de Pessoas e Sistemas

MÁRIO BOCCALINI JÚNIOR
Diretor de Operações e Negócios

ZEHBOUR PANOSSIAN
Diretora de Inovação

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS